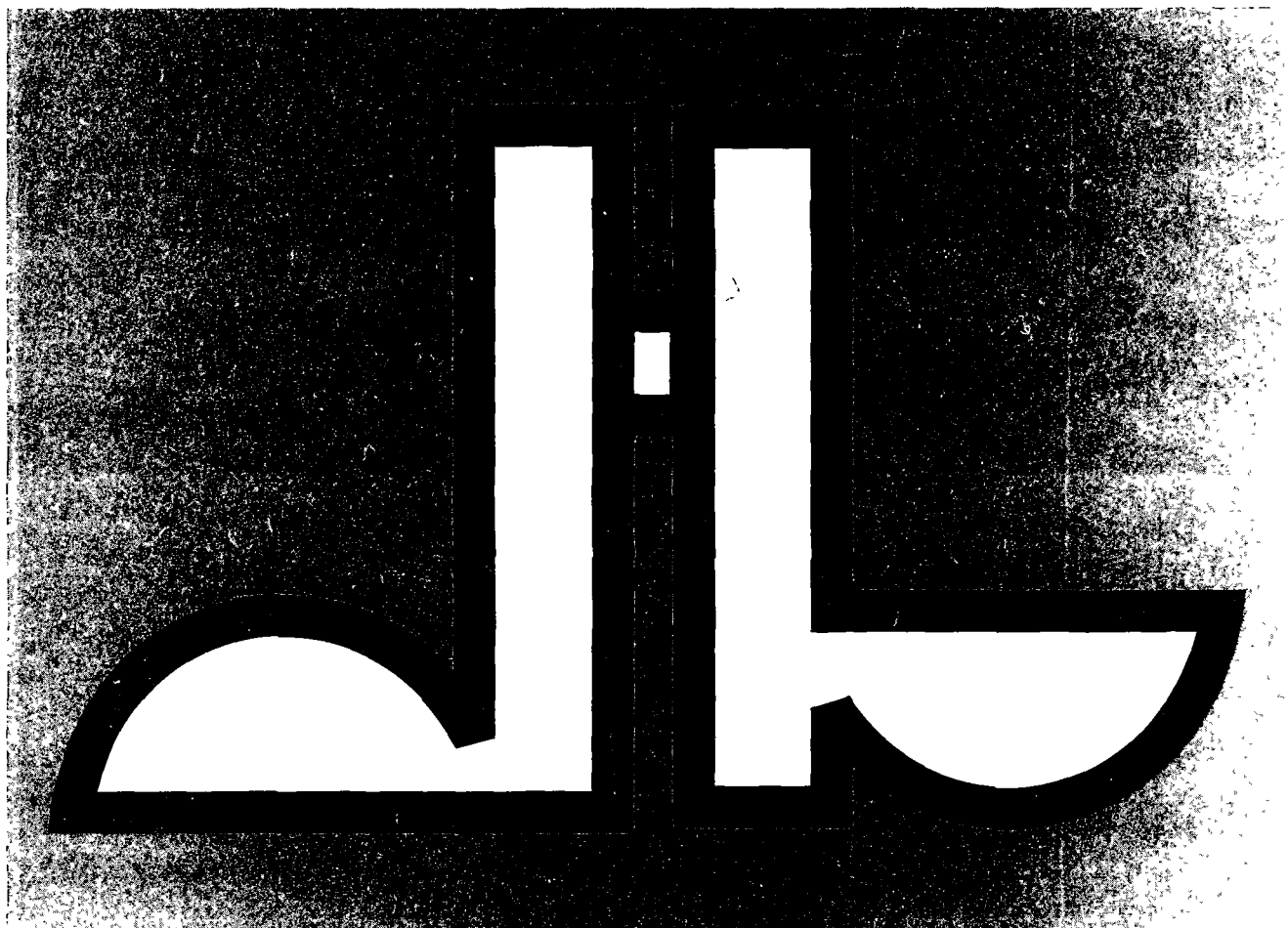




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE *Senador* **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

1º VICE-PRESIDENTE *Deputado* **HERÁCLITO FORTES**

2º VICE-PRESIDENTE *Senadora* **JUNIA MARISE**

1º SECRETÁRIO *Deputado* **UBIRATAN AGUIAR**

2º SECRETÁRIO *Senador* **CARLOS PATROCÍNIO**

3º SECRETÁRIO *Deputado* **PAULO PAIM**

4º SECRETÁRIO *Senador* **LUCÍDIO PORTELLA**

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

Emendas oferecidas ao Projeto de Lei nº 3, de 1997-CN	00004
Emendas oferecidas à Medida Provisória nº 1.531-6, de 1997	00014
Emendas oferecidas à Medida Provisória nº 1.563-5, de 1997	00033
Emendas oferecidas à Medida Provisória nº 1.570-2, de 1997	00034

Emendas

AO

PROJETO DE LEI Nº 003/97-CN

MENSAGEM

Nº 270/97-CN, de 1997
(Nº 534/97, na origem)

Ementa: "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Secretaria de Assuntos Estratégicos, crédito suplementar no valor de R\$ 15.502.983,00, para os fins que especifica"

Mensagem 270/97 - CN
PL 003/97-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**003-00001-9****QUOTA****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 003/97

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte emenda:

Destinação de R\$ 50 000.00 (cinquenta mil reais) para o hospital Santo Antonio, do município de Armazem SC

JUSTIFICAÇÃO

O Hospital Santo Antonio, além de atender a população do município de Armazem, também presta atendimento a uma vasta população da região que engloba os municípios de São Martinho, Rio Bonito e Outros, estando, atualmente, em sérias dificuldades com o pagamento do seu pessoal e também de seu quadro clínico, sendo que muitos profissionais que nele trabalham, o fazem por amor e dedicação a profissão, necessitando, no entanto, o comprometimento de recursos para o pagamento do pessoal de enfermagem, alimentação e atendentes, sem os quais poderá fechar suas portas e encerrar suas atividades.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDINHO BEZ

SC

PMDB

DATA

28 / 05 / 97

ASSINATURA

Mensagem 270/97 - CN
PL 003/97-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**003-00002-7****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 003/97-CN

PÁGINA

DE

31 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte Emenda:

Destinação de R\$ 50 000.00 (cinquenta mil reais) para o Hospital Santa Tere-
zinha do município de Braço do Norte SC

JUSTIFICAÇÃO

Estes recursos destinam-se a ajudar no pagamento do pessoal e a aquisição de
medicamentos e alimentação para o pleno funcionamento do Hospital, sendo que
o mesmo passa por serias dificuldades financeiras em decorrência do aumento
desmensurado no atendimento da população local e também de uma vasta região que
não dispõe de outro nosocomio.

Por se tratar de justa reivindicação, apelo ao nobre relator sensibilidade para
o atendimento do pleito em questão

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDINHO BEZ

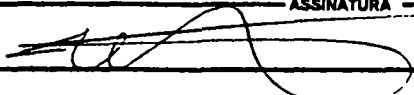
SC

PMDB

DATA

ASSINATURA

28/05/97



EMENDA A CRÉDITO ADICIONALMensagem 270/97 - CN
PL 003/97-CN

003-00003-5

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 003/97-CN

PÁGINA

DE
01 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte emenda:

Destinação de R\$ 100 000.00 (cem mil reais) para o Hospital San Jose de
Criciúma-SC

JUSTIFICAÇÃO

Pioneiro no atendimento de doenças próprias, resultante das atividades da
extração de carvão, o Hospital San Jose, em que pese o apoio do empresariado
local, encontra-se em serias dificuldades financeiras para o pagamento do
seu corpo clínico e funcional sendo que ha medicos que nele trabalham por
abnegação profissional e para colaborar com os relevantes serviços prestados
pelo Hospital a uma população de mais de 300 mil habitantes

CÓDIGO

EDINHO BEZ

NOME DO PARLAMENTAR

UF

SC

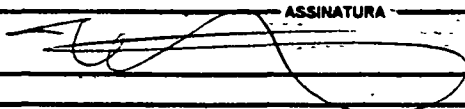
PARTIDO

PMDB

DATA

28/05/97

ASSINATURA



Mensagem-270/97 - CN
PL 003/97-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

003-00004-3

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 003/97-CN

PÁGINA

DE

01 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte emenda

Destinação de R\$ 100 000.00 (cem mil reais) para o Hospital Nossa Senhora da Conceição do Município de Tubarão-SC

JUSTIFICAÇÃO

Mesmo com os esforços e o apoio da Prefeitura Municipal de Tubarão, o Hospital Nossa Senhora da Conceição, a exemplo da maioria dos nosocomios catarinense, passa por serias dificuldades financeiras, especialmente no tocante ao pagamento de pessoal e a manutenção de seu corpo clinico sendo que esses recursos amenizaram, temporariamente a dramatica situação do Hospital, razão pela qual apelamos a sensibilidade do nobre reator para o atendimento do justo pleito

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDINHO BEZ

SC

PMDB

DATA

ASSINATURA

28 / 05 / 97



Mensagem 270/97- -- CN
PL 003/97-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**003-00005-1****INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 003/97-CN

PÁGINA

DE

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte Emenda

Destinação de R\$ 50 000.00 (cinquenta mil reais) para manutenção do Hospital de Caridade San Camilo do município de Imbituba-SC

JUSTIFICAÇÃO

O Hospital San Camilo, além de atender mais de 50 mil habitantes do município de Imbituba, também presta atendimento a uma região composta de mais de 10 municípios e com uma população de mais de 200 mil habitantes, razão pela qual encontra-se em serias dificuldades até mesmo para o pagamento do pessoal qualificado que nele trabalha

Estes recursos serviram para amenizar a situação do Hospital que não tem condições próprias para a manutenção de seu corpo clínico e funcional

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDINHO BEZ

SC

PMDB

DATA

ASSINATURA

28/05/97



Mensagem 270/97 - CN.
PL 003/97-CN**EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**

003-00006-0

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 003/97

PÁGINA

DE

01 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte emenda:

Destinação de R\$ 60 000.00 (sessenta mil reais) para manutenção do Hospital de Caridade Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos do município de Laguna-SC

JUSTIFICAÇÃO

Com a tradição de atendimento hospitalar na Região de Laguna, o Hospital de Caridade Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos passa por serias dificuldades, principalmente no que se refere ao pagamento de pessoal e compra de medicamentos e alimentação. Razão pela qual rogamos ao nobre relator sensibilidade ao pleito em questão.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDINHO BEZ

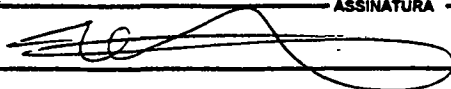
SC

PMDB

DATA

ASSINATURA

28 / 05 / 97



Mensagem 270/97 - CN
PL 003/97-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL**003-00007-8****INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI NÚMERO
003/97PÁGINA
01 DE 01**TEXTO**

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte Emenda:

Destinação de R\$ 50 000.00 (cinquenta mil reais) para manutenção do Hospital Sagrado Coração de Jesus. do município de Gravatal-SC

JUSTIFICAÇÃO

O Hospital Sagrado Coração de Jesus. é o único a atender a uma vasta população da Região de Gravatal e além de ser um nosocomio recém instalado, ressen-te-se de recursos para sua manutenção. como pagamento da folha de pessoal e compra de alimentação para seus pacientes internados

Por entender justa a reivindicação e a mesma estar de acordo com os preceitos da Lei de diretrizes Orçamentarias. rogo ao nobre relator o acolhimento deste pleito que tanto beneficiara a comunidade de Gravatal SC

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDINHO BEZ

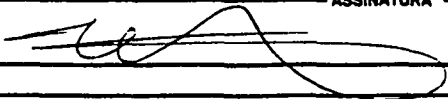
SC

PMDB

DATA

ASSINATURA

28/05/97



Mensagem 270/97 - CN
PL 003/97-CN

EMENDA A CRÉDITO ADICIONAL

003-00008-6

ANEXIA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 003/97

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte Emenda:

Destinação de R\$ 50 000.00 (cinquenta mil reais) para manutenção do Hospital Madre Paulina, no município de Capivari de baixo-SC

JUSTIFICAÇÃO

Em atividades, há aproximadamente dois anos, o Hospital Madre Paulina, necessita, com urgência, de ajuda externa para poder continuar o atendimento a milhares de pacientes que dele necessitam, estando o mesmo com folhas de pagamento de pessoal atrasadas o que vem comprometendo o atendimento a uma população de mais de 70 mil habitantes. Por entender justa a reivindicação e a mesma estar de acordo com a LDB, rogamos ao nobre Relator o seu atendimento

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDINHO BEZ

SC

PMDB

DATA

ASSINATURA

28/05/97

EMENDA A CRÉDITO ADICIONALMensagem 270/97 - CN
PL 003/97-CN

003-00009-4

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN 003/97-CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se no Projeto de Lei CN 003/97 a seguinte Emenda

Destinação de R\$ 50 000.00 (cinquenta mil reais) para a Fundação Médico Hospitalar do Trabalhador Rural do município de Grao-Para-SC

JUSTIFICAÇÃO

Estes recursos destinam-se a ajudar no pagamento do pessoal e a aquisição de medicamentos para o pleno funcionamento Hospital. mantido pela Fundação Médico Hospitalar do Trabalhador Rural de Grao Para. município de vocação agrícola e que conta com apenas um nosocomio para o atendimento de sua população. composta, em grande parte, de trabalhadores rurais, que tem na Fundação o unico meio de atendimento e tratamento da saúde da população local

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

EDINHO BEZ

SC

PMDB

DATA

ASSINATURA

28 05 97



EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.531-6, DE 23 DE MAIO DE 1997, QUE " DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 24,26,57 E 120 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1.993, QUE REGULAMENTA O ART. 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÃO E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E AO ART. 15 DA LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1.995, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO EUJACIO SIMÕES	012, 013, 014
DEPUTADO HUGO BIEHL	004, 006
DEPUTADO JOÃO ALMEIDA	008, 010
DEPUTADO LUCIANO ZICA	001, 002
DEPUTADO MANOEL CASTRO	007, 011
DEPUTADO MAURÍCIO REQUIÃO	003, 005
DEPUTADO RUBEM MEDINA	009

TOTAL DE EMNDAS: 14

MP 1531-6

000001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1531-6

Dá nova redação aos arts. 24. 26 e 57 da Lei nº 8.666. de 21 de junho de 1993. que regulamenta o art. 37. inciso XXI. da Constituição, que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 1531-6 a seguinte redação:

Art. 1º. Os arts. 24 e 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.24.

XXI - para a aquisição de bens destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela CAPES, FINEP, CNPq ou outras instituições oficiais de fomento à pesquisa credenciadas pelo CNPq para esse fim específico.

XXII - na contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário ou permissionário do serviço público de geração ou com produtor independente ou autoprodutor, segundo as normas da legislação específica”.

“Art. 26. As dispensas previstas nos parágrafos 2º e 4º do art. 17 e nos incisos III a XXI do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados dentro de três dias à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos.

Parágrafo único

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

Art. 2º. O art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15

.....

IV- melhor proposta técnica, com preço fixado no edital;

V- melhor proposta em razão da cominação de proposta técnica e de oferta de pagamento pela outorga; ou

VI- melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas.

.....

Parágrafo 4º - Para fins de aplicação do disposto nos incisos IV, V e VI deste artigo, o edital de licitação conterá parâmetros e exigências para formulação de propostas técnicas, sendo observado, no que couber, o que dispõem as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 e 8.883, de 8 de junho de 1994 ”

JUSTIFICATIVA

A dispensa de licitação prevista no inciso XXII do artigo 24, constantes do artigo 1º da MP, só faz sentido se se referir à contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário ou permissionário do serviço público de geração, mas não de distribuição. O gargalo das distribuidoras públicas é exatamente a necessidade de licitação da compra de energia elétrica das geradoras por processo licitatório, tornando-as menos ágeis e, portanto, menos eficientes que as distribuidoras privadas. Há, portanto, um equívoco no texto da MP que deve ser corrigido.

Pela lei vigente, o inciso II do artigo 57, combinado com o seu “caput”, já prevê que os contratos de prestação de serviços de forma contínua podem ter sua duração estendida por igual período. Assim, contratos desse tipo, tais como serviços de conservação e limpeza, assistência técnica xerográfica, conservação de equipamentos e máquinas, que normalmente são feitos para vigorarem por prazos longos, em torno de 12 (doze) meses, poderiam ser mantidos em até 24 (vinte e quatro) meses. **A proposta da MP, no entanto, estende o limite desse prazo para até 72 (setenta e dois) meses.**

Para a adequada administração dos negócios públicos, além da sensata decisão na contratação da prestação de serviços contínuos, não se justifica a extensão do prazo automático de revalidação contratual, além do que já prevê a legislação, a qual foi aprovada dessa forma exatamente prevendo casos como esses. A propalada qualidade e eficiência dos serviços prestados pelas empresas, defendidas rotineiramente pelo governo federal, exigem competição e, portanto, não podem prescindir de contínuas renovações contratuais via novas licitações.

O argumento usado na exposição de motivos que encaminha a MP é de que algumas dificuldades podem comprometer o processamento da licitação, extrapolando o prazo para ela previsto. **A tese é correta, mas a proposta é desastrosa.** De fato, a lei vigente já prevê a prorrogação imediata do contrato, por igual período previsto de início. A extensão deste vai acabar favorecendo a manutenção de “clientes preferenciais” do governo, prorrogando muitas vezes condições contratuais defasadas e, eventualmente, prejudiciais à Administração Pública. Além de contribuir, adicionalmente, para a eventual ocorrência de esquemas de corrupção estabelecidos para a garantia dos “clientes preferenciais”.

Por essas razões apresentamos a presente emenda substitutiva, retirando do texto original as modificações sugeridas ao artigo 57, procurando adequar a MP 1531-6 às reais necessidades dos contratos, compras e serviços da Administração Pública.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1997



Deputado Luciano Zica (PT/SP)

MP 1531-6

000002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1531-6

Dá nova redação aos arts. 24, 26 e 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública e ao art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 1531-6 a seguinte redação:

“Art. 2º. O art. 15 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.15. No julgamento da licitação será considerado os seguintes critérios, observado o artigo 46, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

.....

IV- melhor proposta técnica, com preço fixado no edital;

V- melhor proposta em razão da combinação de proposta técnica e de oferta de pagamento pela outorga; ou

VI- melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas.

.....

Parágrafo 4º - Para fins de aplicação do disposto nos incisos, IV, V e VI deste artigo, o edital de licitação conterá parâmetros e exigências para formulação de propostas técnicas”.

JUSTIFICATIVA

Trata-se, de fato, de uma emenda de redação que apenas introduz no texto do artigo 2º da MP a determinação para que o administrador público, ao proceder a licitação da concessão de serviços públicos, observe o que dispõe a Lei de Licitações nº 8.666/93, e modificações, sobre a aplicação dos critérios de melhor técnica e melhor técnica e preço a fim de que não o faça à revelia do texto legal.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1997


Deputado Luciano Zica (PT/SP)

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**MP 1531-6****000003**

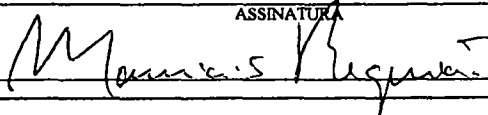
DATA 28/05/97	PROPOSIÇÃO... MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.531-6			
AUTOR Deputado MAURÍCIO REQUIÃO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () - SUPRESSIVA 2 () - SUBSTITUTIVA 3 (X) - MODIFICATIVA 4 () - ADITIVA 9 () - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1/1	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p style="text-align: center;">TEXTO</p> <p>Altere-se o art. 1º da Medida Provisória nº 1.531-6 de 23 de maio de 1997, incluindo o seguinte dispositivo referente à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:</p> <p>"Art. 40.</p> <p>X - o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência; "</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICAÇÃO</p> <p>O inciso II do art. 48 da Lei de Licitações manda desclassificar "<i>propostas com valor global superior ao limite estabelecido</i>". Já o art. 40, inciso X, na sua redação atual, determina que o edital indique "<i>o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência</i>".</p> <p>A redação deste último dispositivo tem dado margem a dúvidas e a diversas interpretações, com uns entendendo que é permitido fixar preço máximo no edital</p>				

(pois, se o legislador desejasse, proibiria expressamente a sua fixação, assim como o fez com o preço mínimo), enquanto outros defendem tese contrária. É no sentido de desfazer essa controvérsia, clarificando o entendimento em torno da questão, que apresentamos a presente emenda.

A proibição de se fixar um preço mínimo tem sua razão de ser, para evitar um empate generalizado, com todos os concorrentes tendendo a ofertar o preço mínimo e o desempate sendo feito por sorteio, sem contar o risco de que esse preço mínimo supere o que o mercado estaria disposto a ofertar. A fixação de um preço máximo, implícito no citado art. 48 e explícito para licitações do tipo "melhor técnica" (art. 46, § 1º), inibe a prática do superfaturamento, principalmente em mercados onde a competitividade seja restrita.

mp1500a sam

ASSINATURA



MP 1531-6

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
28/	05/ 97	EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1531-6 de 24/05/97	
4	AUTOR		5
DEPUTADO HUGO BIEHL		Nº PRONTUÁRIO	
		1884	
6	TIP		
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
01 / 01		1º	PARÁGRAFO
			INCISO
			ALÍNEA

EMENDA MODIFICATIVA

Fica acrescentado ao inciso V do art. 22, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, complemento de redação, bem assim nova redação para o § 5º do mesmo art. 22, referenciados nas alterações do art. 1º da Medida Provisória n.º 1.531-5, de 24 de abril de 1997. (DOU. de 25 de abril de 1997).

"Art. 1º os artigos 22, 24, 26, 57, e 120 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22.....

I-

II-

III-

IV -

V - leilão, inclusive em Bolsas de Mercadorias".

§ 1º -

§ 2º -

§ 3º -

§ 4º -

§ 5º - Leilão é modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados ou para a alienação de bens imóveis prevista no art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, bem assim as operações de Pregões Públicos executados por Bolsas de Mercadorias

constantes em edital público, especificando data, hora, local quantidade e tipo de mercadorias e serviços, considerando como compra ou venda ao que oferecer o melhor ou igual preço pretendido e determinado em Edital.

Art. 24 -
 Art. 26 -
 Art. 57 -
 Art. 120 -"

JUSTIFICAÇÃO

A proposta visa assegurar a possibilidade de que a modalidade de leilão possa se valer da agilidade e transparência das operações de compra e venda efetuadas pelas Bolsas de Mercadorias na aquisição, principalmente do gêneros alimentícios para órgãos e entidades públicos, merenda escolar bem como na compra e venda de produtos dos estoques reguladores.

10

MP 1531-6

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000005

DATA 28/05/97	PROPO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.531- 6			
AUTOR Deputado MAURÍCIO REQUIÃO			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () - SUPRESSIVA 2 () - SUBSTITUTIVA 3 () - MODIFICATIVA 4 (X) - ADITIVA 9 () - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1/3	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Altere-se o art. 1º da Medida Provisória nº 1.531- 6, de 23 de maio de 1997, incluindo os seguintes dispositivos referentes à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

"Art. 23.

§ 7º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação, com vistas a ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala."

"Art. 45.

§ 6º Na hipótese prevista no art. 23, § 7º serão selecionadas tantas propostas quantas necessárias até que se atinja a quantidade demandada na licitação. "

JUSTIFICAÇÃO

A atual Lei de Licitações determina:

"Art. 15. As compras, sempre que possível deverão:

.....
III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade";

..... "

Já os §§ 1º e 2º do art. 23, ao complementar os dispositivos acima, exigem licitações distintas para cada uma dessas parcelas.

Se a lei incentiva o parcelamento para compra de bens e o uso das práticas adotadas pelo setor privado, com vistas à economicidade e ao aproveitamento das peculiaridades do mercado, a permissão para a cotação parcial dos mesmos irá conjugar de maneira mais satisfatória ambos os requisitos, por aumentar a competitividade, conforme se prova a seguir.

Exceto em casos muito específicos que recomendem a fixação *a priori* das parcelas do bem a ser comprado, como prevê o § 1º do art. 23, é sempre melhor deixar que o próprio mercado determine os quantitativos que tem condições de oferecer à Administração. A permissão de cotar quantidade menor que a prevista na licitação possibilita a participação de micros e pequenos empresários e, também, aproveita eventuais "pontas-de-estoque" em poder de fornecedores maiores. Aliás, essa medida vem de encontro ao disposto no inciso IX do art. 170 da nossa Constituição, que manda dar *"tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte"* que, de outra maneira, ficariam aliadas das licitações de maior vulto. Além do mais, uma só licitação, ao invés de várias simultâneas ou consecutivas, representa importante economia processual, com maior agilidade e redução da burocracia e dos custos.

Evita-se, ainda, algumas distorções que ocorrem no atual sistema de parcelamento. Por exemplo, o segundo classificado num lote (e, portanto, perdedor) pode ter preço melhor do que o primeiro colocado em outro lote, porém a Administração está impedida de contratar com aquele, o que não ocorrerá com o sistema proposto, onde uma única licitação selecionará tantas propostas quantas necessárias até que seja atendida a quantidade pretendida. Dificulta, também, o direcionamento da licitação, que tem ocorrido através do estabelecimento de lotes de volume tal que apenas poucos têm condições de atender.

A propósito, quando a lei de licitações encontrava-se em processo de reformulação, o Tribunal de Contas da União apresentou, a título de colaboração, Proposta de Anteprojeto de Lei sobre o tema, através da Decisão nº 293/92, de 26/06/92, cujo voto sugeria:

"b) estabelecimento da obrigatoriedade de se admitir, nos certames onde o objeto em disputa for de natureza divisível (sem prejuízo do conjunto ou complexo), a participação ampla e democrática de licitante s que, embora não dispondo de capacidade para prestar a totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas. Aliás, é de se notar que, na falta de dispositivo como esse, verifica-se atualmente o acirramento de práticas restritivas à competitividade das licitações, mediante a fixação de lotes vultosos de encomendas,

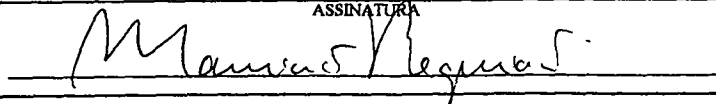
serviços ou obras. Para esse fornecimento ou execução, não se admite, todavia, candidatarem-se senão aqueles eventualmente habilitados para prestar a globalidade do objeto, mesmo nos casos em que dito objeto se mostre naturalmente divisível, segundo itens ou unidades autônomas entre si. (...)" (grifo nosso).

Posteriormente, já na vigência da atual lei, o mesmo órgão firmou o seguinte entendimento na Decisão nº 393/94, de 15/06/94:

"... em decorrência do disposto no art. 3º, § 1º, inciso I; art. 8º, § 1º e art. 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/93, é obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por item e não pelo preço global, com vistas a propiciar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam, contudo, fazê-lo com referência a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade..."

A presente emenda se insere perfeitamente nesse entendimento, e a prática é adotada pelo setor privado, que sempre busca auferir as vantagens decorrentes da competição de preços. A Administração Pública, ao permitir a participação de um maior número de concorrentes, principalmente micros e pequenos empresários, estimula a competitividade, com melhores resultados para o interesse público.

ASSINATURA



MP 1531-6

000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	28/05/97	3	PROPOSIÇÃO	EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1531-6 de 24/05/97
4	AUTOR	DEPUTADO HUGO BIEHL	5	Nº ORÇAMENTÁRIO	1884
6	1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7	PÁGINA	01 / 01	8	ARTIGO	1º
				PARÁGRAFO	
				INCISO	
				ALÍNEA	
9	TEXTO				

EMENDA ADITIVA

Fica acrescentado ao § 1º do art. 45, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, novo inciso (inciso V), a ser referenciado nas alterações do art. 1º da Medida Provisória nº 1531-5, de 24 de abril de 1997 (DOU de 25 de abril de 1997).

“Art. 1º os artigos 24, 26, 27, 45, 57 e 120 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24 -

Art. 26 -

Art. 27

Art. 45

§ 1º

I -

II -

III -

IV -

V - o de maior ou igual preço pretendido, quando operacionado em leilões das Bolsas de Mercadorias.

Art. 57 -

Art. 120

JUSTIFICATIVA

A proposta visa adequar-se à emenda anterior do Parlamentar sobre a operacionalidade de leilões para órgãos e entidades públicas em Bolsas de Mercadorias.

ASSINATURA

MP 1531-6

000007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 DATA	2 PROPOSIÇÃO
4 AUTOR DEP. MANOEL CASTRO.	3 NO. PRONTUÁRIO
5 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PAGINA	8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Renumere-se o artigo 3º da Medida Provisória nº 1.531-6 para art. 4º, acrescentando-se ao texto o art. 3º com a seguinte redação.

Art. 3º. O art. 18 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

“Art. 18.

Parágrafo único. Os consórcios empresariais de que trata o disposto no parágrafo único do art. 21, devem manifestar ao Poder Concedente, até 12 meses antes do funcionamento das instalações, opção por um dos regimes legais previstos neste artigo, ratificando ou alterando o adotado nos processos de suas constituições."

JUSTIFICACÃO

O art. 18 da Lei nº 9.074, de 1995, autoriza a formação de consórcios empresariais para geração de energia elétrica com finalidade de serviço público, uso exclusivo dos consorciados, produção independente de eletricidade ou essas atividades associadas e remete cada um desses regimes legais à Lei nº 8.987/95, sendo, portanto, matéria pertinente a esta Medida Provisória.

Ocorre que a própria Lei nº 9.074/95, em seu art.21, parágrafo único, convalidou o modelo de consórcio empresarial para as associações já formadas ou em formação na data da lei, destinadas a viabilizarem as retomadas das obras atrasadas de geração de energia elétrica, objeto do parágrafo único do art. 43 e art. 44 da Lei n. 8.987/95, sem, entretanto, lhes dar idêntica oportunidade de optar por um dos quatro regimes legais de produção instituído pelo art. 18.

Além do mais, os consórcios empresariais que se encontravam em formação na data da edição da Lei nº 9.074/95 e tinham o consentimento do Poder Concedente (pois se organizaram sob as normas do Decreto Federal nº 915, de 1993), só puderam adotar a autoprodução (uso da energia exclusiva para os consorciados) como finalidade da energia a ser produzida, o que, evidentemente, criou dois tipos de tratamento para um mesmo modelo, quando o espírito da lei 9.074/95, ao convalidar o uso do consórcio empresarial, foi de dar idênticas oportunidades.

É o que pretende esta Emenda.

10

ASSINATURA

MP 1531-6

000008

TITULO DE

CONTEÚDO

DEPUTADO

JOAO ALMEIDA

AUTOR

PARTIDO

PMDB

UF

BA

PÁGINA

Inclua-se na Medida Provisória nº 1531-6, onde couber, o seguinte artigo:

Art..... O Art. 29. da Lei nº 8.987. de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O reajustamento de tarifas praticado pelo concessionário nos termos e fórmulas do contrato de concessão, independe de autorização prévia do Poder Concedente que, recusando a homologação referida no inciso V por considerá-lo abusivo ou indevido, determinará a restituição aos consumidores "dos valores cobrados a maior"".

JUSTIFICACÃO

Diz o inciso V, do Art. 29, da Lei nº 8.987/95, que "incumbe ao poder concedente homologar reajustes e proceder a revisão das tarifas na forma desta lei, das normas pertinentes e do contrato". Note-se que o texto do inciso, com muita propriedade, não se refere a "autorizar" e sim a "homologar", com o significado do confirmar, ratificar ato praticado. Aliás, não poderia ser de outra maneira, isto é, interpretar-se que "homologar" tem significado de "confirmação prévia", provoca o mesmo resultado se o termo utilizado tivesse sido "autorizar".

Assim, o inciso V acima referido indica que, observados a lei e o contrato e procedendo-se segundo as normas pertinentes, os reajustes de tarifas podem ser praticados pelos concessionários sem prévia autorização do Poder Concedente, sujeitando-se contudo a sua homologação, isto é, confirmação. Vale destacar que o art. 23, inciso IV, também da Lei 8.987/95, determina que "os critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão das tarifas" é cláusula essencial dos contratos de concessão.

Urge, portanto, deixar claro para concessionários que o reajuste praticado nos termos da lei e do contrato (que obrigatoriamente deve detalhar procedimentos e fórmulas para tanto) independente de processos burocráticos e de prévia autorização, e para consumidores que o Poder Concedente deve agir com rigor ao constatar reajustes abusivos ou indevidos, obrigando a concessionária a restituir o que foi cobrado a maior.

E não se imagine que se a concessionária que agir de forma abusiva só terá de devolver o que cobrou a maior. Atente-se para o fato de que a própria Lei nº 8.987/95 deu ainda ao Poder Concedente a faculdade de extinguir a concessão, declarando sua caducidade com base no parágrafo primeiro, inciso II, art. 38, que diz ser motivo de declaração de caducidade da concessão o fato da "concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes a concessão".

PARLAMENTO

DATA

ASSINATURA

MP 1531-6

000009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 27 / 05 / 97	3	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.531-6		PROP
4			AUTOR DEPUTADO FEDERAL RUBEM MEDINA		5
6					
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL					
7		8		9	
PÁGINA 1		ARTIGO 3º		PARÁGRAFO	
10					
TEXTO					

Acrescente-se o seguinte artigo 3º à Medida Provisória nº 1.531-6, de 23 de maio de 1997, renumerando-se os demais artigos:

"O art. 46 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se os demais artigos subsequentes:
Art. 46 - As receitas que compõem o faturamento das empresas concessionárias

rias de serviços públicos, não derivadas diretamente das operações relativas a energia elétrica e serviços de telecomunicações, estão sujeitas à incidência da Contribuição Social sobre o Faturamento (COFINS). Parágrafo Único - Sobre as receitas das empresas concessionárias de serviços públicos, derivadas diretamente de operações com energia elétrica e telecomunicações, não incidirá a Contribuição Social sobre o Faturamento (COFINS), tendo em vista a imunidade prevista no § 3º do artigo 155 da Constituição Federal."

JUSTIFICATIVA

Conforme preceitua a Constituição Federal, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica e serviços de telecomunicações. Excepciona-se, apenas, os impostos de que trata o inciso II do artigo 155 e os incisos I e II do artigo 153 da Constituição Federal, quais sejam o ICMS, o imposto sobre importação de produtos estrangeiros, e o imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.

A instituição da COFINS, com as características de tributo, foi assim entendida pelo Supremo Tribunal Federal, em 01.12.93, em ação declaratória de constitucionalidade movida pelo Poder Executivo. Sendo tributo, não poderá, portanto, a COFINS incidir sobre as receitas derivadas das operações mencionadas.

Está claro que o constituinte quis desonerar a população brasileira de tributos que incrementariam preços de serviços públicos e de bens efetivamente essenciais ou estratégicos para o País. Entendeu que, incidindo outros tributos sobre essas operações, além dos citados no § 3º do artigo 155 da Constituição Federal, sem dúvida alguma, os preços da energia elétrica e ligações telefônicas, somente para citarmos alguns, aumentariam sobremaneira, prejudicando o desenvolvimento industrial e econômico do País, e onerando a população em geral.

Mesmo reconhecendo essas realidades, tem que se deixar claro que imunes são as receitas dessas operações, mas não as empresas fornecedoras desses bens e serviços.

A COFINS incide sobre o faturamento das empresas. Esse faturamento, por vezes, não é composto somente de receitas derivadas de operações imunes. Então, há necessidade que se preveja esses casos e se tribute as receitas que não diretamente ligadas às operações imunes. Do contrário, estar-se-ia não tributando receitas que não são e nunca foram imunes.

Este é o sentido da presente Emenda Aditiva que pretende resolver esta questão prática de tão relevante interesse nacional.

PROPOSTA		MP 1531-6
DISPOSITIVO:		000010
() SUPRESSIVA		
() ADJUTIVATIVA		
CONTEÚDO		
DEPUTADO	AUTOR	PARTIDO
JOÃO ALMEIDA		PMDB BA
Inclua-se na Medida Provisória nº 1531-6, onde couber, o seguinte artigo:		
Art..... O inciso XV, do art. 18, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:		
"Art. 18.		
.....		
XV - nos casos de concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública, os dados relativos à obra, dentre os quais os elementos do projeto básico que permitam sua plena caracterização, <i>bem assim as garantias exigidas para essa parte específica do contrato, adequadas a cada caso e limitadas ao valor da obra.</i> "		
<u>JUSTIFICACÃO</u>		
A Lei nº 8 987/95, que dispõe sobre os regimes de concessões e permissões para prestação de serviços públicos, estabelece no art. 18 e seus incisos, elementos essenciais do edital de licitação, indicando ainda que a norma geral deve ser observada onde couber. A norma geral é, no caso, a Lei nº 8 666/93		
Ocorre que ao não indicar os tipos de garantias exigíveis para a contratação de serviços públicos, a Lei 8 987/95, remete o assunto para a norma geral, fato que evidentemente provoca distorções e equívocos pois as licitações para serviços públicos vão desde a contratação para prestação de transporte urbano até a concessão de obras de hidrelétricas e rodoviárias, estas de complexidade e riscos significativamente superior.		
O próprio Poder Executivo Federal, em seu recente anteprojeto de lei destinado a substituir a atual lei de licitações e contratos administrativos, já admitiu que "nas licitações de grande vulto, envolvendo riscos técnicos e financeiros consideráveis" o limite da garantia poderá ir até cem por cento do valor do contrato (ver art. 100, § 3º, do texto do anteprojeto)		
Evidente que as garantias da Administração na fase da prestação do serviço, já estão muito bem colocadas na Lei nº 8 987/95 e vão desde a intervenção administrativa na gestão da concessionária até a declaração antecipada da extinção da concessão. Resta, entretanto, dar à Administração a faculdade de adequar as garantias necessárias às obras que precedem contratualmente a prestação dos serviços		
PARLAMENTAR		
DATA	ASSINATURA	
/ /	João Almeida	

MP 1531-6

000011

1 DATA	2 PROPOSIÇÃO			
3 <i>DEP. MANDEL CASTRO</i> AUTOR	4 N.º PRONTUÁRIO			
5 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
6 PAGINA	7 ARTIGO	8 PARÁGRAFO	9 INCISO	10 ALÍNEA

Inclua-se na Medida Provisória nº 1531-6, onde couber, o seguinte artigo:

Art..... Renumere-se o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para parágrafo primeiro e adicione-se ao artigo o parágrafo segundo com a seguinte redação:

“Art. 17

§ 1º

§ 2º. Inclui-se nas vantagens ou subsídios de que trata o “caput” deste artigo, qualquer tipo de tratamento tributário diferenciado, ainda que em consequência da natureza jurídica do licitante, que comprometa a isonomia fiscal que deve prevalecer entre todos os concorrentes.

JUSTIFICAÇÃO

Tanto a Lei nº 8.666/93 (Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos) como a Lei nº 8.987/95 (norma geral que dispõe sobre o regime de concessões e permissões para a prestação de serviços públicos), expressam a preocupação do Legislativo com o cumprimento do princípio constitucional da isonomia entre os licitantes e um certame destinado a selecionar a melhor proposta para a Administração Pública.

A Lei nº 8.987/95, em seu art. 17 e parágrafo único, prevê inclusive a desclassificação de propostas que embutem “vantagens ou subsídios” concedidos exclusivamente a determinado licitante, salvo quando tais vantagens ou subsídios sejam autorizados por lei e estejam a disposição de todos os concorrentes.

Ocorre que, com o advento da Lei nº 8.987/95, que é norma geral federal sobre concessões e permissões de serviços públicos, de aplicação extensiva aos Estados, Distrito Federal e Municípios, licitações surgirão em que entre os concorrentes tanto estarão empresas privadas como estatais, além de organizações que por sua natureza detenham a condição de utilidade pública e, portanto, gozem certos benefícios tributários. Este fato não foi expressamente previsto.

Esta emenda procura corrigir esta lacuna e deixar explícito que qualquer licitação para prestação de serviços públicos pelos regimes de concessão ou permissão, deve observar o tratamento isonômico também nos aspectos tributário e fiscal, sem o que, certamente, as propostas daqueles que tenham benefícios tributários estarão em vantagem em relação às demais.

MP 1531-6

000012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27 / 05 / 97	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 1.531-6 de 23 de maio de 1997.
AUTOR Deputado Eujácio Simões	Nº 190
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01/03	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO
TEXTO	

Página 1/3

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.531-6, de 23/05/97 onde couber, o seguinte artigo:

Art. ... - O art. 30 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes disposições acrescidas:

"Art. 30 -

Parágrafo 1º -

I -

II - capacitação técnico-operacional: comprovação de o licitante haver executado obras ou serviços em quantitativos iguais ou superiores ao exigido no instrumento convocatório, podendo ser considerado, para os quantitativos, o somatório de até três contratos, devendo, ainda, observar o limite máximo de vinte por cento das quantidades estimadas na planilha orçamentária da Administração, restritas exclusivamente às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto da licitação.

Parágrafo 11 - Ressalvado o disposto nos parágrafos 12 e 13 deste artigo, nas licitações para obras e serviços cujo valor estimado seja igual ou inferior a três vezes os limites aplicáveis à modalidade tomada de preços, estabelecidos no artigo 23 desta Lei, a capacitação técnico-operacional poderá, a critério do licitante, ser cumprida na forma do inciso I do parágrafo 1º deste artigo, desde que:

I - os atestados de responsabilidade técnica do profissional indicado atendam aos mesmos quantitativos exigidos no instrumento convocatório;

II - o profissional detentor da qualificação seja integrante do quadro permanente do licitante na data prevista para entrega da proposta.

Parágrafo 12 - Ressalvado o disposto no parágrafo 13, nas licitações para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados referidos no art. 13 desta Lei, bem como para serviços de engenharia com predominância de mão de obra, cujo valor estimado seja igual ou inferior aos limites aplicáveis à modalidade tomada de preços, estabelecidos no artigo 23 desta Lei, prevalecerão, para comprovação da capacidade técnico-profissional, as mesmas regras estabelecidas no parágrafo anterior.

Parágrafo 13 - Nas licitações para obras ou serviços cujo valor estimado seja igual ou inferior ao dobro dos limites aplicáveis à modalidade convite, estabelecidos no artigo 23 desta Lei, a comprovação da capacidade técnico-operacional e da capacitação técnico-profissional limitar-se-á à prova de possuir o licitante, no seu quadro permanente, profissional legalmente habilitado, inscrito no órgão fiscalizador do exercício profissional e detentor de atribuições compatíveis com o objeto licitado.

Parágrafo 14 - Em caso de incorporação, cisão e/ou fusão de sociedades, o acervo técnico das empresas extintas, para efeito de comprovação da capacitação técnico-operacional, passa a pertencer às sociedades sucessoras ou subsistentes, nos termos da lei comercial.

Parágrafo 15 - O acervo técnico do acionista ou quotista, pessoa física ou jurídica, valerá como comprovação de capacitação técnico-operacional da sociedade."

JUSTIFICAÇÃO

O veto do inciso II do parágrafo 1º, do artigo 30, do texto da Lei 8.666/93 deveu-se, segundo justificativas do Presidente da República, a dois motivos principais:

1º) que a redação do inciso vetado permitia interpretações dúbias, passíveis de favorecer à cartelização do mercado; e

2º) que o dispositivo vetado dificultava ou vedava o acesso de empresas novas à habilitação necessária ao ingresso no mercado.

Muito embora estes justos motivos, da forma como o veto foi efetivado resultou interpretação de alguns, que entendem ter o veto apenas retirado a limitação relativa à exigibilidade da capacitação técnico-operacional, que ficava a critério exclusivo do administrador.

Em razão da interpretação divergente, alguns órgãos públicos exigem e outros não, a capacitação técnico-operacional do licitante.

Ficou então, estabelecido o caos nesta questão de tão magna importância no processo licitatório, e que tem levado, a exclusão de empresas capacitadas a participarem, por excesso de exigência, da licitação. Faz-se assim necessário, em caráter de urgência, disciplinar a matéria.

A proposta, no entanto, atenua a exigência de capacitação técnico-operacional, para que não se dê margem aos motivos do veto presidencial, de modo a permitir o acesso das empresas novas ao mercado.

Por fim, a proposta disciplina a situação da capacidade técnico-operacional das mutações societárias, como a fusão, cisão e incorporação, bem como abre oportunidades para a criação de joint ventures entre capital e trabalho, no instante que permite ser considerado como capacidade técnico-operacional o acervo técnico de acionistas e/ou cotistas.

MP 1531-6

000013

1	DATA	2	PROPOSIÇÃO
27	/ 05 / 97	3	Medida Provisória nº 1.531-6 de 23 de maio de 1997.
4	AUTOR		5
Deputado Eujácio Simões		Nº PRONTUÁRIO	
		190	
6	TIPO		
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
01/01		9	PARÁGRAFO
		10	INCIS
		11	ALÍNEA

Página 1/1

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.531-6 de 23/05/ 97 , onde couber o seguinte artigo:

Art. ... - O art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com a seguinte disposição acrescida:

"Art. 30 -

Parágrafo 1º -

I -

II -

III -

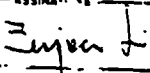
IV - garantia fidejussória."

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se indispensável ampliar o leque de opções para os licitantes oferecerem garantias.

Sobretudo as pequenas e médias empresas não têm possibilidade de dar caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública. A fiança bancária e o seguro-garantia oneram demasiadamente as empresas menores, inflacionando sua proposta de preços.

Como ao Poder Público basta o oferecimento de garantia, nada mais justo e normal é estender a opção para a garantia fidejussória.

10	ASSINATURA
	

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1531-6

000014

DATA
27 / 05 / 97PROPOSIÇÃO
Medida Provisória nº 1.531-6 de 23 de maio de 1997.AUTOR
Deputado Eujácio SimõesNº ORÇAMENTÁRIO
190TÍTULO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
01/01

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Página 1/1

Acrescente-se à Medida Provisória nº 1.531-6, de 23/05 97, onde couber, o seguinte artigo:

Art ... - O art. 56, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com o acréscimo do parágrafo 6º, com a seguinte redação:

"Art.

56

Parágrafo 6º - Para obras e serviços, cujo edital de licitação conterá necessariamente o preço de referência (artigo 40, X, e parágrafo 2º, II), será exigida uma garantia adicional de valor correspondente à diferença entre o preço decorrente do critério de aceitabilidade, conforme definido no artigo 40, X, e parágrafo 2º, II, e o preço ofertado."

JUSTIFICAÇÃO

Um quadro econômico, totalmente diferente do existente em 1993, está hoje a propiciar uma concorrência irresponsável, onde ponteiavam aventureiros, que oferecem preços inexequíveis, de que resulta o descumprimento dos contratos, pondo em risco os programas governamentais e o princípio da continuidade do serviço público.

Nestas condições, para precaver o interesse da Administração Pública, bem como para sanear o mercado de aventureiros, devem os editais conter o preço de referência, de modo explícito, dando consequência ao art. 40, X, e parágrafo 2º, II, e deve ser exigida uma grande garantia adicional, que previna a firmeza da contratação.

ASSINATURA

Eujácio Simões

EMENDA APRESENTADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.563-5, ADOTADA EM 23 DE MAIO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 24 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE SOBRE RENDIMENTOS DE BENEFICIÁRIOS RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO JÚLIO REDECKER	001.

MP 1563-5

000001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 23 / 5 / 97	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.563-5			
AUTOR Deputado JÚLIO REDECKER			Nº PRONTUÁRIO 95.518	
TIPO 1 () - SUPRESSIVA 2 () - SUBSTITUTIVA 3 () - MODIFICATIVA 4 (X) - ADITIVA 9 () - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p>TEXTO</p> <p>Inclua-se o seguinte art. 3º ao texto da Medida Provisória, renumerando-se os demais artigos:</p> <p>"Art. 3º Fica reduzida para zero a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF), incidente sobre as operações descritas nos incisos I a X do art. 1º, quando forem objeto de reconhecimento de alíquota zero do imposto de renda na fonte."</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>A alternativa mais viável para agilizar e automatizar a desoneração do IOF nas remessas para o exterior de recursos de interesse da exportação brasileira é a inserção de artigo no texto da Medida Provisória nº 1.563-5, nos termos aqui descritos.</p> <p>Trata-se de matéria de relevante interesse nacional, que beneficiaria diretamente os exportadores brasileiros, assim como os promotores (entidades e empresas), como é o caso da FENAC.</p>				

ASSINATURA

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.570-2**, ADOTADA EM 23 DE MAIO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 24 DO MESMO MÊS E ANO, QUE " DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, ALTERA A LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	002, 004, 005.
Deputado WALTER PINHEIRO	001, 003, 006, 007.

TOTAL DE EMENDAS: 007

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.570-2, D

MP 1570-2

000001

EMENDA SUPRES

Suprima-se o artigo 1º da Medida Provisória nº 1.570-2, de 23 de maio de 1997.

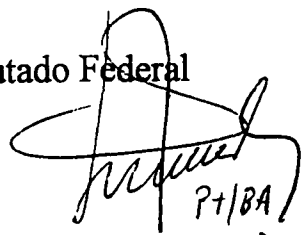
Justificativa

O art.1º da MP 1570-2 impõe limitações em ações envolvendo interesses de servidores públicos, através da adoção de critérios diferenciados na aplicação de dois artigos no CPC, que se referem a **tutela antecipada**, que vem a ser instrumento jurídico recente (introduzido como lei em 1994, acompanhando importante reforma no processo civil brasileiro), e que visa, conforme sua denominação, *antecipar a prestação jurisdicional* em ações em que, no percurso do processo judicial, já haja o devido e fundamentado convencimento do juízo para sustentar o deferimento do pleito do autor. O art.1º da MP institui dispositivo controlador e limitador do exercício do livre

julgamento do juiz, e uma afronta ao devido processo legal, numa evidente interferência do Poder Executivo no papel jurisdicional do Estado.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1997.

Deputado Federal


P+1/BA
DEP. WALTER PINHEIRO

MP 1570-2

000002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 28/05/97		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1570-2	
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		5 PRONTUÁRIO 337	
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	9 ÍCISO
ALINEA			

Propõe a supressão do art. 1º, com remuneração dos demais artigos (2º passa a 1º e 3º passa a 2º).

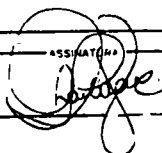
JUSTIFICATIVA

A tutela antecipada encontra-se adequadamente disciplinada, melhor dizendo, é matéria já esgotada por inteiro ao teor dos arts. 273 e 461 e seus respectivos parágrafos de nosso diploma adjetivo.

Na concessão de tutela antecipada o convencimento do julgador deve necessariamente estar condicionado a prova exuberante e inequívoca do direito, ao passo que, na de liminar, basta a ocorrência de fumaça de bom direito para acolhimento ao pleito.

Não há razão, portanto, para se atrelar a tutela antecipada à legislação específica de Mandado de Segurança, como pretende o art. 1º da MP 1570/97

ASSINATURA



MP 1570-2

000003

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.570-2, I
EMENDA SUPRES**

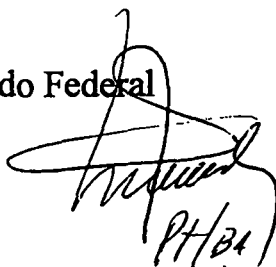
Suprima-se o artigo 2º da Medida Provisória nº 1.570-2, de 23 de maio de 1997.

Justificativa

O art.2º da MP 1570-2 introduz, no art.16 da Lei nº 7.347/85, que regulamenta a ação civil pública, limitação aos efeitos de sentença prolatada a nível regional mas de efeito federal. Na caso, a MP procura retirar este efeito federal. A nível constitucional, há uma agressão ao princípio federativo. Neste sentido, registre-se que uma decisão de Vara Federal em dado Estado pode deixar de ter repercussão em todo o território nacional, limitando-se os efeitos ao Estado em que sediou a decisão.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1997.

Deputado Federal



DEP. WALTER PINHEIRO

MP 1570-2

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 28 / 05 / 97		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.570-2	
AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		Nº PRONTUÁRIO 337	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			
TEXTO			

Propõe alteração da redação do art. 2º. da Medida Provisoria conforme abaixo.

“Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte paragrafo:

“4º Sempre que houver possibilidade de a pessoa jurídica de direito público requerida vir a sofrer dano irreparável, em virtude da concessão da liminar, ou de qualquer medida de caráter antecipatório, o juiz ou relator determinará a prestação de garantia real ou fidejussória”.

JUSTIFICATIVA

À expressão “dano” foi acrescido o adjetivo “irreparável”, pois que o objetivo do artigo é justo evitar que a Fazenda Pública possa sofrer prejuízos definitivos, ou sejam, sem qualquer possibilidade de recuperação.

A expressão “dano” seria, portanto, no caso, muito simplista, inviabilizando a administração da Justiça, porque, diante da ocorrência de qualquer tipo de dano, a concessão estaria inibida. Assim, ficaria restringido drasticamente o poder discricionário do Julgador.

Assinatura

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1570-2

000005

2 DATA 28/05/97	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.570 -2
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	5 Nº PRONTUÁRIO 337
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PAGINA 1	8 ARTIGO
9 PARÁGRAFO	
10 INCISO	
11 ALÍNEA	

Propõe alteração da redação do art. 2º da Medida Provisória conforme abaixo.

“2º o art. 1º da Lei nº 8.437, de 30 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“4º Sempre que houver possibilidade de a pessoa jurídica de direito público requerida vir a sofrer desembolso irreversível, em virtude da liminar, ou de qualquer medida de caráter antecipatório, o juiz ou o relator determinará a prestação de garantia real ou fidejussória.

JUSTIFICATIVA

O objetivo precípuo do citado artigo é evitar que a Fazenda Pública possa vir a sofrer prejuízo irreparável em virtude de liminar ou outra medida de caráter antecipatório. Nesse propósito a expressão “dano” é muito abrangente, permitindo uma gama enorme de interpretações restritivas que podem dificultar e até impedir que a Autoridade Judicial, no seu campo de competência, melhor decida, o que, sem dúvida, ainda mais poderá agravar o caos em que se encontra a Justiça em nosso País. Logicamente que em detrimento do cidadão.

Mais apropriado é utilizar a expressão "desembolso irre recuperável". Com efeito desembolso significa pagamento antecipado e. adjetivado como irre recuperável, aquele pagamento que não se poderia recuperar. Só nesse sentido se justifica a restrição. E essa parece ser sempre a preocupação do Direito Moderno.

MP 1570-2

000006

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.570-2, D**EMENDA SUPRESSIVA**

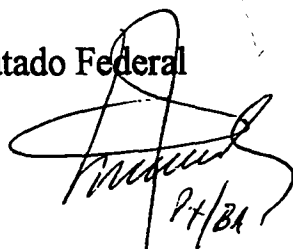
Suprima-se o artigo 3º da Medida Provisória nº 1.570-2, de 23 de maio de 1997.

Justificativa

O Supremo Tribunal Federal julgou, antes do término da vigência da primeira edição da MP 1570, pedido de concessão de liminar em ação de declaração direta de inconstitucionalidade contra esta mesma MP. Por decisão do STF, o art.2º da primeira edição da Medida foi considerada inconstitucional; prejudicados, portanto, os atos praticados com base em norma oposta à Constituição Federal. Neste sentido, é de evidente ilegalidade o art.3º desta segunda reedição - ou terceira edição - que deseja convalidar aqueles atos.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1997

Deputado Federal



DEP WALTER PINHEIRO

MP 1570-2

000007

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.570-2, DI**EMENDA MODIFICATIVA**

Altere-se o artigo 3º da Medida Provisória nº 1.570-2, de 23 de maio de 1997, que passa a ter a seguinte redação:

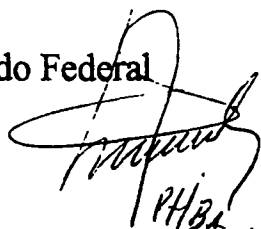
“Art.3º. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.570-1, de 24 de março de 1997, com exceção do seu art.2º.”

Justificativa

O Supremo Tribunal Federal julgou, antes do término da vigência da primeira edição da MP 1570, pedido de concessão de liminar em ação de declaração direta de inconstitucionalidade contra esta mesma MP. Por decisão do STF, o art.2º da primeira edição da Medida foi considerada inconstitucional; prejudicados, portanto, os atos praticados com base em norma oposta à Constituição Federal. Neste sentido, é de evidente ilegalidade o art.3º desta segunda reedição - ou terceira edição - que deseja convalidar aqueles atos. A presente Emenda, de caráter modificativo, pretende corrigir o equívoco ora alegado.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1997.

Deputado Federal



DEP. WALTER TÓRRÃO



EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS